

09/08/2016 - Sinttel-ES

Dissídio Coletivo na BrasilCenter tem audiência

O Sinttel levou o Acordo Coletivo da BrasilCenter para a Justiça do Trabalho. É que durante as reuniões de negociação com a empresa do Grupo América Movil, que é o maior call center do ES, a intenção era não dar reajuste algum para o piso dos/as trabalhadores/as. A data base é abril.

Será nesta terça-feira, 9, às 14 horas, a 1ª audiência no processo de Dissídio Coletivo contra a BrasilCenter. Como não foi possível, durante as discussões do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, chegar a um consenso, devido à intransigência da empresa quanto aos reajustes do piso salarial, o jeito foi pedir que a Justiça do Trabalho julgue as reivindicações da categoria.

O que é dissídio coletivo?

Os dissídios coletivos são ações ajuizadas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para solucionar conflitos entre as partes, no caso trabalhadores e empresa, que compõem uma relação de trabalho.

Normalmente a negociação coletiva é confundida com o dissídio coletivo, quando na verdade o que se tenta é um acordo coletivo. No Dissídio, a decisão de acordo cabe ao Judiciário, pois não houve possibilidade de se chegar a consenso. A ação judicial dos dissídios coletivos apresentam as reivindicações que foram colocadas na pauta de reivindicações, enviada à empresa ainda em fevereiro deste ano.

A proposta da empresa é uma vergonha

Piso Salarial:

O Piso Salarial de R\$ 880,00, praticado desde janeiro, não teria nenhum por cento de reajuste. Permaneceria assim até abril de 2017, quando haveria nova negociação.



A empresa ofereceu um abono de R\$ 280 como indenização, para os/as empregados/as que recebem o piso salarial de R\$880 e não teriam qualquer reajuste. Por que abono ao invés de reajuste? Porque abono é um valor pago, mas que não se incorpora aos salários. Melhor para a empresa e pior para o/a empregado/a, que recebe somente uma vez. No próximo mês

voltaria a receber os mesmos R\$ 880.

Para os/as empregados/as que recebem além do piso salarial, a BC daria reajuste de 9,91% em duas parcelas sobre os salários de 31/03/2016, sendo uma de 5% em maio de 2016 e o restante em novembro de 2016. Além disso, também receberiam o abono salarial de R\$ 280,00.

Reajuste de Benefícios:

PARA TODOS, Tiquete Refeição, Auxílio Creche e Auxílio Educação Especial SERIAM REAJUSTADOS EM 9,91% , TAMBÉM, em duas parcelas sobre os valores de março/2016: 5% em maio e 5% novembro de 2016.

Os demais itens do acordo permaneceriam inalterados.

SINTTEL não aceita achatar os pisos salariais

Há, nesta negociação, uma estratégia da empresa em achatar os salários, nivelando-os com o Salário Mínimo. Esta sempre foi a vontade da empresa, que agora usa dos argumentos da CRISE política e econômica para SUSTENTAR suas intenções.

E como o governo golpista interino de MiShell Temer quer acabar com a política de reajuste do Salário Mínimo, certamente os salários da maioria dos/as trabalhadoras/as na BC estariam fadados a não terem qualquer aumento nos próximos anos.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

A BrasilCenter é uma empresa do Grupo América Móvil

Criada em 1988 pela Embratel, a BrasilCenter Telecomunicações Ltda, atenderia os clientes da Embratel. Com a compra da Embratel pela Claro que depois comprou a Net, a BrasilCenter passou a atender clientes do Grupo. E hoje é o maior call center do ES com mais de 2,2 mil trabalhadores/as.

A justificativa de crise da empresa para não reajustar os pisos salariais miseráveis que já paga aos operadores (REPs) não se justifica no caso da BrasilCenter, porque ela não é uma terceirizada, como os demais call centers.

Por essa razão, BrasilCenter não disputa mercado, pois ela é uma empresa de um grupo, aliás o segundo maior grupo de telefonia do Brasil e o maior da América Latina. O seu negócio principal pode não ser

gerar lucro, mas com os seus serviços vai gerar alto lucro para as demais empresas do grupo, e com mão de obra própria.

Apesar de ser o maior call center do Espírito Santo, a BrasilCenter é também a empresa que mais demite. A rotatividade da mão de obra (turner over) chega a 40%. Isso já seria considerado um absurdo se a legislação fosse cumprida e se a empresa levasse a sério a responsabilidade que tem diante da imensa garotada que começa sua vida produtiva nas suas baias.

Mas ainda tem a prática rotineira do assédio moral, com a pressão pelo atingimento de metas e controle das pausas, gerando inúmeras reclamações e custando caro para empresa na esfera da Justiça do Trabalho. E por esse retrato, **NÃO É POSSÍVEL IMAGINAR UM ACORDO COLETIVO SEM AO MENOS O REAJUSTE SALARIAL DO ÍNDICE DE INFLAÇÃO!**

08/08/2016 - Instituto Telecom

Telefônica/Vivo programa a demissão de dois mil trabalhadores

A Telefônica/Vivo vai desligar cerca de duas mil funcionários como resultado da integração com a GVT, após já ter feito cortes no ano passado, informou a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Fenattel), revela reportagem do jornal o Estado de São Paulo. As primeiras 300 demissões em São Paulo já teriam acontecido, de acordo com fontes de mercado. A estimativa da federação é de um corte de 10 mil trabalhadores nas operadoras desde 2015.

“Em reunião no mês passado, a Telefônica informou que seriam necessários os 2 mil desligamentos no País”, diz Luís Antônio Souza, secretário geral da federação. No Estado de São Paulo, a redução seria de cerca de mil postos de trabalho, segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo (Sintetel). Em julho, a empresa manteve um Plano de Demissão Voluntária (PDV). As demissões estão previstas para ocorrer até 2 de setembro.

“A situação do setor é preocupante. O número de empresas está diminuindo e, como consequência, há a redução dos postos de trabalho. Esse movimento ainda não acabou”, avalia o secretário geral da Fenattel. No ano passado, a Telefônica já demitiu outros dois mil trabalhadores. A Vivo comprou a GVT por cerca de 7 bilhões de euros. Em nota ao mercado, a Telefônica/Vivo confirma que realiza um Plano de demissão Voluntária. “A empresa busca continuamente maior agilidade e eficiência em suas operações, alinhadas à sua cultura de alto desempenho”.

No dia 8 de julho, a TIM desativou unidades de call center próprias em Pernambuco e no Paraná. Cerca de 1,7 mil pessoas foram demitidas – 1,2 mil em Pernambuco e 500 no Paraná, segundo o sindicatos. A operadora revelou que realiza uma reorganização para melhorar a sinergia entre as operações e o fornecimento de serviços e infraestrutura.

Convergência Digital, 4 de agosto de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

09/08/2016 - INSTITUTO TELECOM

Nossa Opinião – Anatel, cumpra suas obrigações!

Não é novidade que a Anatel é uma Agência distante dos interesses dos consumidores, apesar do que estabelece o artigo 19 da Lei Geral de Telecomunicações: compete à Anatel “ adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade” .

São muitos os fatos que mostram em sentido exatamente oposto a esse.

Reclamações de usuários – As operadoras continuam batendo recorde de reclamações. O Tribunal de Contas da União (TCU) já determinou, por diversas vezes, que a Anatel aperfeiçoe a forma de tratar as reclamações em relação às operadoras. A Agência chegou a criar um portal exclusivo para os consumidores que, entretanto, é pouco divulgado. A estrutura do site não facilita a informação e a pesquisa por parte do usuário.

Bens reversíveis – O TCU fez cerca de 30 recomendações para garantir o efetivo controle desses bens. Para o Tribunal há uma enorme fragilidade da Anatel: divergências na interpretação da regulamentação dos bens reversíveis, ausência de metodologia a ser observada no processo de controle e acompanhamento dos bens etc. É bom lembrar que os bens reversíveis ao Estado somam cerca de R\$ 105 bilhões. São esses bens que a Anatel, conforme já denunciaremos, quer dar de presente às concessionárias.

Contratos de concessão – O objetivo da Anatel é acabar com esses contratos. Só a partir deles foi possível impor obrigações às concessionárias com a finalidade de alcançar a universalização e qualidade da telefonia fixa (STFC). É a rede mais capilarizada em todo o país e nem existe serviço com maior penetração do que o STFC. Acabar com os contratos é tudo o que as operadoras desejam, deixando os consumi-

dos serem tutelados pelo mercado que ditará as regras como quiser.

Banda Larga – Já faz tempo que a Campanha Banda Larga é Um Direito Seu defende que este serviço é essencial e, portanto, deveria ser prestado em regime público com regras de universalização, qualidade e tarifas acessíveis ao cidadão. A LGT estabelece no seu artigo 65, § 1º: “ não serão deixadas à exploração apenas em regime privado as modalidades de serviço de interesse coletivo que, sendo essenciais, estejam sujeitas a deveres de universalização.” A Anatel, como se percebe, descumpra a lei.

Intervenção na Oi – Outra demonstração de desrespeito a Lei Geral de Telecomunicações (LGT). O Capítulo II Seção V, que trata sobre a concessão, prevê a intervenção. O artigo 110 inciso III diz: “ poderá ser decretada intervenção na concessionária, por ato da Agência, em caso de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de má administração que coloque em risco a continuidade dos serviços” . É exatamente o caso da concessionária, com dívida acumulada de mais de R\$ 65 bilhões. Mas a Anatel prefere esperar o resultado do processo de recuperação judicial. Quando houver, se ocorrer, a intervenção poderá ser tarde demais para recuperar uma empresa responsável pelas telecomunicações em 26 estados da Federação.

O Instituto Telecom vem insistindo para que a Anatel cumpra com as suas obrigações e gerencie com independência os contratos de concessão. Que fiscalize a prestação dos serviços prestados em regime público e privado. Que não haja alienação e nem entrega de bens públicos às operadoras. Que realmente o cidadão seja o foco de sua atenção. Garantir a toda população, o acesso às telecomunicações, em condições adequadas, é obrigação da Agência.

Instituto Telecom, Terça-feira, 9 de agosto de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/08/2016 - Instituto Telecom

Temer planeja desmantelar EBC após Olimpíadas, denuncia Federação Internacional de Jornalistas

A Federação Internacional de Jornalistas (IFJ) denunciou nesta quinta-feira as tentativas do governo interino de Michel Temer de “desmantelar” a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) após os Jogos Olímpicos e pediu à imprensa internacional que também informe sobre esses “jogos políticos”.

A IFJ, junto com os representantes regionais da Federação de Jornalistas da América Latina e o Caribe (FEPALC) e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), declarou em comunicado que foi feita “uma série de mudanças perturbadoras” na EBC desde que Temer assumiu o poder.

A entidade jornalística também afirmou que escreveu à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para que “atue para defender e promover a democracia” no Brasil em relação aos veículos de imprensa.

De acordo com a IFJ, a “interferência” do governo interino de Temer alcançou seu “auge” em maio com a exoneração do presidente da EBC, Ricardo Melo, a demissão repentina de jornalistas considerados críticos

ao governo e o cancelamento de vários programas de televisão.

Segundo a Federação Internacional de Jornalistas, o governo interino “continua a colocar pressão sobre a EBC e anunciou planos para fechá-la ou pelo menos modificar sua missão logo depois dos Jogos Olímpicos” no Rio de Janeiro.

A entidade também criticou a intenção de desmantelar o conselho de administração, que garante a independência da EBC perante interesses privados e políticos, e informou que a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA) também consideraram as interferências do governo interino como “passos negativos”.

IFJ, FEPALC e FENAJ, assim como a Frente em Defesa da EBC, “instam a jornalistas estrangeiros que cobrem os Jogos Olímpicos que falem destes ataques ao serviço público de radiodifusão do Brasil e dos perigos que representa uma indústria de veículos de imprensa cada vez mais concentrada, uma das maiores barreiras à democracia real”.

Blog O Cafezinho, 5 de agosto de 2016

Receitas e tarifas das operadoras de celular caem em 2015, diz Anatel

O mercado de telefonia celular brasileiro é um dos mais competitivos do mundo, mostra o estudo da Anatel. O relatório sobre o mercado de SMP divulgado pela agência aponta que essa competição, se é boa para o cliente, pois está reduzindo os preços dos serviços, traz também sérias consequências para as empresas, que faturaram menos em 2014 e 2015 do que nos anos de 2008 e 2009 no Brasil, se os valores fossem atualizados pela inflação.

Há também uma queda real de 53,9% no ARPU (conta média do usuário) do primeiro trimestre de 2009 ao segundo trimestre de 2015. Uma redução média de 3% por trimestre. “Esse fenômeno se deve ao fato de que houve um acentuado crescimento da base de usuários e um aumento pouco significativo da

ROL”, avaliam os técnicos da agência.

Preço

Devido à grande variedade de preços oferecidos no mercado, o estudo da Anatel prefere lidar com o preço médio praticado, mesmo assim levando em consideração apenas a receita operacional e o tráfego de voz sainte.

Com isso, a agência constatou que há, mesmo, queda nos valores dos minutos cobrados, pois aumentaram os minutos falados. Assim, o preço do minuto médio passou de R\$ 0,123 para R\$ 0,117 no ano passado. A queda, avalia a agência pode ter sido provocada pela redução da taxa de interconexão (VU-M).

O estudo comparativo que faz entre os preços das operadoras refere-se ao ano de 2013, apenas.

09/08/2016 - Rede Brasil Atual

Priorizando os planos privados de saúde, Temer atropela instituições

O grupo de trabalho constituído pelo ministro interino da Saúde, Ricardo Barros, integrado por representantes das operadoras de saúde privada, já deve ter traçado as diretrizes para os chamados planos populares, defendidos pelo governo provisório de Michel Temer como estratégia para desafogar o SUS. A desconfiança é do



professor da Faculdade de Medicina da USP e vice-presidente da Associação Brasileira de Medicina Coletiva (Abrasco), Mário Scheffer.

"Fazer esse grupo e propor esses planos, na verdade, é proposta das empresas, e é uma questão toda ela errada. O ministério passou por cima de todo mundo; nem a ANS foi consultada. É bem provável que já haja uma proposta pronta", diz Scheffer.

O ministro interino publicou portaria no Diário Oficial da União na última sexta-feira (5) criando um grupo de trabalho para discutir a criação desses planos. Entre os integrantes, representantes do próprio Ministério, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG).

O Conselho Nacional de Saúde, que tem uma câmara com vários representantes para discutir a saúde suplementar, não é mencionado. E a ANS afirmou em nota ter sido surpreendida pela medi-

da, conforme nota divulgada pela agência reguladora.

Esses planos baratos, de cobertura reduzida, não são novidade no país e não são bem aceitos pela população. De acordo com Scheffer, em geral oferecem atendimento ambulatorial, com consultas e exames simples, ao custo médio de R\$ 100 mensais para a faixa etária

em torno dos 35 anos, com menos exigências de acompanhamento do que na terceira idade. "As pessoas não compram por que sabem que não oferecem nada de cobertura e vão ter de acabar indo pro SUS".

Embora pouco se saiba sobre esses planos, Scheffer enxerga na proposta um retorno ao tempo anterior à regulação do setor. Um período em que a cesta de cobertura era mínima, excluindo desde tratamentos caros, como atendimento a doentes de câncer e de aids, até mais baratos, como fisioterapia.

Mau negócio para os usuários que pagarão por planos com cobertura reduzida, para o SUS, que continuará custeando tratamentos e procedimentos mais caros e complexos, e os médicos também deverão ser prejudicados. Com a maior parte de sua clientela formada por usuários de planos de saúde, a categoria é mal remunerada pelas consultas. Na mesma sexta-feira, o Conselho Federal de Medicina e a Sociedade Brasileira de Pediatria se manifestaram contrários à proposta do governo.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

09/08/2016 - RBA

Objetivo do golpe são riquezas do Brasil e inviabilizar o país como nação

Para o advogado Ricardo Gebrim e o jornalista Paulo Moreira Leite, interesses de grandes corporações no pré-sal estão por trás do ataque à democracia brasileira com o impeachment de Dilma Rousseff

Para o advogado Ricardo Gebrim, ex-presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo e dirigente do Movimento Consulta Popular, a ofensiva contra a democracia no Brasil é determinada pelo interesse do capitalismo internacional nas riquezas do país. Daí o fato de as privatizações de grandes empresas nacionais serem o principal objetivo dos setores golpistas representados por Michel Temer. "O que determina essa ofensiva é a crise (do capitalismo). Nada oferece tanta possibilidade de lucros como Petrobras e o pré-sal, que alimentam uma saída para a crise capitalista", disse.

Gebrim participou, com o jornalista Paulo Moreira Leite, diretor do site Brasil 247 em Brasília, do debate "Corrupção e Política: o Brasil é um caso perdido?", promovido na noite de ontem (8) pelo Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FespSP). Os deputados Wadih Damous (PT-RJ) e Luciana Santos (PCdoB-PE), por problemas de agenda, não participaram.

Os dois debatedores ressaltaram a importância de se manter a luta contra o governo interino de Temer e aprofundar a unidade das forças populares e movimento social.

Para Gebrim, o golpe em andamento no Brasil faz parte de uma política ligada a "interesses de Estado dos Estados Unidos", embora, segundo ele, esses interesses não necessariamente partam do governo norte-americano. Em sua opinião, os governos populares do Brasil incomodaram os norte-americanos ao entrar em "uma articulação de grande envergadura, os Brics".

"Nada vai gerar mais lucro às corporações do que o golpe no Brasil. Mudar o marco regulatório do pré-sal foi o motivo principal do golpe", disse. E isso não é tudo: "Temos 46% do setor elétrico para privatizar e alimentar o capitalismo em crise. O objetivo principal é se apoderar dessas riquezas essenciais à soberania", disse Gebrim.

Paulo Moreira Leite também mencionou os interesses norte-americanos no impeachment de Dilma. "É mais fácil saber sobre o presidente interino no WikiLeaks do que na imprensa brasileira. Foi lá que ficamos sabendo que ele era informante da embaixada dos Estados Unidos." Um

dia após a posse de Temer (em 12 de maio), o WikiLeaks afirmou pelo Twitter que Temer fornecia informações aos Estados Unidos quando era deputado federal, em 2006.

"O objetivo desse golpe é inviabilizar o Brasil como nação", disse o jornalista. "A prioridade é o ataque ao pré-sal e à Petrobras, que permitiriam uma melhor distribuição de renda no nosso país." Ele acredita que as reformas da Previdência e do Sistema Único de Saúde (SUS) virão na sequência.

Na opinião de Gebrim, as estratégias golpistas desenvolvidas para afastar Dilma Rousseff se desenvolveram, na América Latina, a partir de Honduras (2009), foram aprimoradas no Paraguai (2011) e chegaram ao Brasil mais sofisticadas. Segundo ele, o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, demonstrou que a ideia de derrubar o presidente da Ucrânia Viktor Yanukovich, aliado da Rússia, era "vinculando-o à corrupção" a partir de um "aparato de Estado" formado por agentes policiais, membros do que seria o equivalente ao nosso Ministério Público e juizes. "Há um aperfeiçoamento desse sistema no Brasil", afirmou o advogado.

Segundo ele, após o clima de grande polarização da eleição de 2014, decidida pela militância nas ruas, a presidenta Dilma cometeu um erro ao sair desse processo "e iniciar 2015 com ajuste fiscal", quando a conjuntura já não era a mesma de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu governo após a Carta ao Povo Brasileiro.

Porém, para Gebrim, o golpe no Brasil foi precipitado por parte de seus executores. "Com essa precipitação, fomos 'salvos' por Eduardo Cunha, que abriu condições para denunciarmos o golpe. E devido a isso é que podemos até enfrentar uma derrota política, mas não será uma derrota moral."

"Lacunas"

O advogado elencou quatro "lacunas" dos governos de Lula e Dilma que, segundo ele, facilitaram a execução do golpe contra Dilma: a falta de políticas que desenvolvessem a "capacidade de organização" das massas; a falta de reformas dos meios de comunicação e do sistema político; a utilização, por parte do petismo, do sistema de utilização de doações empresariais a campanhas; e ausência de políticas voltadas à classe média.

Para ilustrar as consequências da falta de políticas de conscientização, disse que, em 2015, uma pesquisa mostrou que 65% dos estudantes que entraram na universidade pelo ProUni eram contra o Bolsa Família.